



PROCESSO Nº 4702/11

ORIGEM: Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF

ASSUNTO: **Pensão Militar.**

EMENTA: Pensão Militar instituída pelo ex-soldado PM EDUARDO DE SOUSA, matrícula nº 19.644-4, excluído da Corporação a contar de 11/03/05 (morte ficta), em favor de sua esposa e de suas filhas menores. Ilegalidade da concessão, nos termos da Decisão nº 5.666/11 (fl. 37). Cancelamento do benefício – Portaria DIPC nº 864, de 08/12/11. Restabelecimento do benefício em razão de decisão judicial – Portaria nº 667, de 15/06/12 (fls. 59). Notificação do responsável em virtude de demora excessiva na publicação do ato de concessão do benefício. Razões de justificativa apresentadas pelo CEL PM da reserva remunerada EDUARDO ADOLFO DIAS FERREIRA, em face do item IV-b da Decisão nº 5.666/11 (fl. 37) c/c o item V da Decisão nº 6.299/12 (fl. 76).
Improcedência. Aplicação de multa ao responsável.

Senhor Diretor

Tratam os autos, na atual fase processual, do exame das razões de justificativa apresentadas pelo CEL PM da reserva remunerada EDUARDO ADOLFO DIAS FERREIRA, em face da determinação consignada no item IV-b da Decisão nº 5.666/11 (fl. 37) c/c o item V da Decisão nº 6.299/12 (fl. 76), *verbis*:

*“(...) IV – determinar à Polícia Militar do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, adote as seguintes providências, o que será objeto de verificação em futura auditoria: (...) b) notifique o militar signatário da Portaria DIP nº 103, de 29.04.2005, publicada no DODF de 27.9.2010, à fl. 39 do Processo PMDF nº 54.000.542/2005, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, **apresente suas razões de justificativa** pelo deferimento da referida pensão, em desacordo com o princípio constitucional da publicidade, tendo em conta a não publicação tempestiva do ato em comento no Diário Oficial do Distrito Federal, ante a possibilidade de aplicação das sanções previstas nos arts. 57, inciso II, e 60 da Lei Complementar nº 1/1994; (...)” (Decisão nº 5.666/11 – grifo nosso)*



*“(...) V – determinar à Polícia Militar do DF que, no prazo de 30 (trinta) dias, junte aos autos a comprovação de que o Sr. Eduardo Adolfo Dias Ferreira foi notificado para apresentação das razões de justificativa, nos termos da Decisão nº 5.666/11 e no caso de não ter sido regularmente notificado, expeça nova notificação, observando o art. 174 do RI/TCDF, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, o militar **apresente suas razões de justificativa.**”*
(Decisão nº 6.299/12 – grifo nosso)

2. Em atendimento às decisões retrotranscritas, o militar apresentou as razões de justificativa de fls. 79/85, com anexos de fls. 86/91. Cabe registrar que apesar de às fls. 79 constar o termo “*impetrar recurso*”, o restante da peça utiliza a expressão “*razões de justificativa*”. Ademais, na atual fase processual de contraditório e ampla defesa, não caberia a interposição de recurso, o que nos leva a crer tratar-se de mera falha formal no preâmbulo da documentação ofertada, a qual merece ser relevada.
3. O defendente, em suas alegações, assevera que “*a matéria tratada na r. decisão em referência, pensão por morte ficta, até o final do ano de 2010, não ensejava qualquer dúvida para sua concessão, com espeque na Lei 3.765/65, na Lei nº 10.486/02, em decisões colegiadas dessa C. Corte e, sobretudo, na jurisprudência do Egrégio TJDF*”.
4. Prossegue afirmando que “*o subscritor da Portaria nº 103 de 29/04/2005 fez publicar o ato administrativo, na forma da lei e da Constituição do Brasil, e se não o fez dentro do prazo assinalado no art. 2º da Resolução TCDF nº 101/1998, esse fato, por si só, não desnatura nem retira sua eficácia e validade*”.
5. Ressalta que, após o levantamento do sobrestamento estabelecido pela Decisão nº 15.428/95, adotada no Processo nº 6.921/94, “*a adequação dos processos de pensão militar às determinações daquela e. Corte de Contas passou a*



*exigir a anexação de documentos diversos oriundos de outras Unidades e Corporações inclusive, o que implicou demora e acúmulo sobre humano na Diretoria de Inativos para a instrução dos processos, conforme assinalado na **Informação nº 376/2012 elaborada pela Diretoria de Inativos e Pensionistas da PMDF em anexo*** (grifo do original).

6. Acrescenta que “no período da concessão em comento foi retirada todas as pensões por morte ficta, por determinação do próprio TCDF, o que acarretou uma avalanche de decisões judiciais pró e contra as concessões de pensão por morte ficta, tendo sido o Diretor da DIP e seus assessores obrigados diariamente a refazerem várias vezes Portarias de concessão bem como de cancelamento e conseqüentemente suas publicações, ou seja, houve um aumento nunca visto pela diretoria nos trabalhos rotineiros das seções responsáveis, inclusive pelas publicações, implicando assim um acúmulo de serviço e conseqüente atrasos nas concessões e publicações”.

7. Salienta ainda que “ante ao acúmulo de serviço, motivado pelos fatos acima descritos, não mediu esforços para bem cumprir seu papel e os ditames das leis e determinações concernente a prazos de concessões, tendo esbarrado porém, nas limitações de transferências de funcionários com conhecimentos técnicos para o caso em tela e adequar o efetivo da Diretoria de modo a cumprir o determinado por esse Tribunal.”

8. Procurou afastar a inércia administrativa com o argumento de que o remanejamento e/ou o aumento de pessoal não dependem unicamente da DIP, mas do Comando-Geral. Alegou, por fim, que “se não cumpriu o prazo regulamentar, foi por pura impossibilidade administrativa e não por dolo ou culpa”.



9. Ao final, requer “o arquivamento de qualquer procedimento atinente à questão ora suscitada”.

10. O fato que determinou a notificação consignada nas decisões transcritas foi a intempestiva publicação da concessão da pensão militar em tela no DODF, o que retardou sobremaneira a suspensão do inquinado benefício pensional.

11. Cabe esclarecer que a publicidade dos atos administrativos não é um procedimento dispensável e, portanto, não pode ser encarado como mero formalismo, sendo na verdade essencial à fiscalização dos órgãos de controle e da própria sociedade.

12. Para dimensionar o atraso na adoção de providências pelo defendente com vistas à remessa do referido ato à imprensa oficial, entre a assinatura da Portaria DIP nº 103 (29/04/05) e a sua respectiva publicação (27/09/10) passaram-se **1978 dias**, ou seja, mais de 5 anos.

13. No caso em comento não se questiona a “eficácia” ou a “validade” do ato firmado pelo defendente, mas, principalmente, o prejuízo causado ao erário em razão da sua intempestiva publicação. Ao retardar, injustificadamente, a divulgação da presente concessão de pensão militar por morte ficta no DODF, a ação fiscalizadora dos órgãos de controle, interno e externo, foi obstaculizada, inviabilizando a oportuna adoção das medidas saneadoras que evitariam o desperdício de recursos públicos.

14. As dificuldades operacionais colocadas nas presentes razões de justificativa não tem o condão de afastar o gestor público da obrigação de divulgar os atos por ele praticados. Na lição sempre atual de Hely Lopes Meirelles, o princípio da publicidade, expressamente consignado no artigo 37 da Constituição Federal,



“abrange toda a atuação estatal, não só sob o aspecto da divulgação oficial de seus atos, como também de propiciação de conhecimento da conduta interna de seus agentes”.

15. Observe-se, que a Diretoria de Inativos e Pensionistas – DIP – da PMDF foi criada pelo Decreto distrital nº 18.163, de 09/04/1997. Nos termos do artigo 3º daquela norma legal, àquela Diretoria, além do assessoramento ao Comandante-Geral, compete *“estudar, planejar, organizar, dirigir, coordenar, supervisionar, controlar e fiscalizar os assuntos relativos à área de Pessoal Inativos e Pensionistas Militares na Corporação”*.

16. O dirigente da DIP, enquanto responsável pela condução das atividades anteriormente citadas, não pode alegar *“dificuldades administrativas”* para justificar a desídia na adoção de providências que são notórias ao administrador público.

17. Ademais, note-se que, após a Decisão nº 5.827/00, proferida na Sessão Ordinária de 01/08/2000, que levantou o sobrestamento da análise de concessões militares, estabelecido originalmente pela Decisão nº 15.428/95, a Corporação, aí incluída a DIP, teve prazo mais que suficiente para estudar, planejar e implantar as ações necessárias ao efetivo controle dos atos sujeitos a registro pelo TCDF.

18. Por fim, vale registrar que a pensão militar tratada nos autos foi restabelecida em favor dos beneficiários, a contar de 15/06/2012, em cumprimento à decisão judicial. Dessa maneira, a Decisão nº 6.299/12 estabeleceu, *in verbis*:

“(…) III - sobrestar o exame dos autos quanto ao cumprimento da determinação objeto do item IV.a da Decisão nº 5.666/11; IV - autorizar a



devolução do apenso à Polícia Militar do DF, para que sejam adotadas as medidas que porventura se fizerem necessárias após a decisão definitiva, com trânsito em julgado, na Ação Ordinária nº 2012.01.1.011334-6, com posterior remessa a esta Corte para continuidade da apreciação, em face da Súmula nº 20 deste Tribunal; (...)"

19. Assim, após a deliberação do e. Tribunal acerca das razões de justificativa, os autos devem retornar a esta Secretaria para acompanhamento.

20. Em razão do exposto, sugere-se ao e. Plenário:

- I. Considerar cumprida a determinação consignada na alínea "b" do item IV da Decisão nº 5.666/11 c/c o item V da Decisão nº 6.299/12;
- II. Conhecer e considerar improcedentes as razões de justificativa apresentadas pelo CEL PM da reserva remunerada EDUARDO ADOLFO DIAS FERREIRA;
- III. Fixar o valor da multa prevista no artigo 57, inciso II, da Lei Complementar nº 1/94 a ser aplicada ao responsável;
- IV. Dar ciência da deliberação que vier a ser proferida no presente feito ao interessado e à Corporação;
- V. Autorizar a devolução dos autos a SEFIPE para continuidade do acompanhamento.

À consideração superior

Brasília-DF, em 15 de março de 2013.

Liana Resende Brandão
Auditora de Controle Externo
Mat. 410-3